
Entrevista

NOVAS PROPOSTAS PARA A PÓS-GRADUAÇÃO: a academia deve estar mais perto da sociedade*

A antropóloga Profa. Dra. Eunice Ribeiro Durham, professora de Departamento de Antropologia da USP, ex-presidente da CAPES, fala do passado e do futuro do ensino superior no Brasil, dos problemas e das possíveis soluções da Pós-Graduação e da universidade brasileira.

Cadernos de Campo – No Congresso da UNE, realizado na USP em julho de 1990, a senhora afirmou que um dos grandes problemas do ensino superior no Brasil é ser pensado a partir de um único modelo.

Eunice Durham – Esta é uma tese que venho defendendo já há bastante tempo. É preciso entender que houve, a partir da Segunda Guerra Mundial, uma mudança geral na sociedade. O ensino superior era, tradicionalmente, destinado a formar um grupo pequeno de intelectuais: professores, clérigos, juristas, médicos e pessoal para a burocracia estatal. Não é verdade então que o ensino fosse extraordinariamente elitista, porque a classe dominante, obviamente, nunca precisou da universidade – tinha outras fontes de poder. Nem a aristocracia, nem os grandes burgueses vieram da universidade. A universidade formou uma elite intelectual de um tipo específico, diferente na verdade da elite intelectual mais tradicional, aquela que, desde a Idade Média, era a da Igreja. Este foi seu papel fundamental. Mas houve uma transformação muito profunda na universidade a partir do século XIX, quando ela passou a ser também um centro de pesquisa. Ocorre então uma diversificação importante, que implica uma profunda revolução, na medida em que a pesquisa é profissionalizada através da sua inserção na universidade. Mas isso não levou a uma mudança muito grande no tipo de público que atendia, nem em aumento extraordinário no número de alunos, a não ser nos Estados Unidos, onde houve uma democratização muito precoce. Mas a partir da Segunda Guerra Mundial há uma transformação muito profunda da sociedade. Uma das características mais visíveis desse processo é a ampliação do setor terciário (com um enorme crescimento das burocracias públicas e privadas) e um decréscimo do setor primário e secundário. A universidade – o ensino superior de uma forma geral – passa a cumprir toda uma série de novas funções. Esta transformação está relacionada àquilo que se denominou “educação de massa”.

Na grande maioria dos países, inclusive no Brasil, se analisamos o que efetivamente ocorreu com o ensino superior, notamos que há uma diversificação de estabelecimentos e não só no que se refere às universidades – há um número crescente de institutos tecnológicos, assim como centros de formação de professores, ou, como na França, valorização de “grandes écoles” fora das universidades. Tanto na Inglaterra, como na Alemanha ou na França, os institutos tecnológicos passaram a ter um prestígio crescente.

* Entrevista concedida a Luís Donisete Benzi Grupioni e Omar Ribeiro Thomaz em outubro de 1990.

Sobreposta a esta revolução do ensino superior, acredito que há hoje uma terceira que seguimos de perto, a qual decorre da importância crescente das ciências básicas (e não apenas das aplicadas), para o desenvolvimento tecnológico. O que se nota crescentemente em todo o mundo é um envolvimento cada vez maior da universidade com o setor produtivo. Além disso, existe uma demanda crescente pelo que se chama educação continuada, ou seja, a necessidade de oferecer treinamento e de atualização periódica para os já graduados. A universidade possui hoje todo um setor que é aquilo que nós poderíamos chamar hoje de “extensão”, o qual ficou quase tão grande quanto os outros dois setores tradicionais: a Graduação e a pesquisa. No Brasil, estamos trabalhando com um esquema muito rígido: ao invés de diversificarmos os estabelecimentos de ensino, para atender, com a escola pública, à grande maioria da população que tem condições de acesso ao ensino superior, insistimos num único modelo que, em termos de uma efetiva democratização do ensino, não é viável. No Estado de São Paulo, as três universidades consomem 8,7% de recursos. É uma proporção brutal. Ela atende 15% da população matriculada nas instituições de ensino superior. Se imaginarmos atender 100% da população hoje matriculada no ensino superior em estabelecimentos tipo Universidade de São Paulo, teríamos que usar mais de 100% do ICMS. O que iria sobrar para o resto?

A idéia tradicional, a de que precisamos de mais verbas para a educação, é absolutamente verdadeira, mas há um limite. As pessoas não podem imaginar que verbas para a educação consumam 50% do orçamento – nem do Estado, nem da União. Há investimentos absolutamente necessários na saúde, na habitação, no setor produtivo, na geração de energia, na construção de estradas.

Temos que pensar que a universidade é um tipo particular de estabelecimento de ensino superior, não necessariamente melhor do que os outros – um estabelecimento muito adequado para a formação de pesquisadores, especialmente pesquisadores voltados para as Ciências Básicas e para as Humanidades. Mas precisamos pensar na grande maioria da população, que não precisa se transformar em pesquisador. O ensino superior não pode ser pensado como alguma coisa que se reproduza a si próprio: ele tem que formar para o mundo, para a sociedade.

A partir disso poderíamos pensar efetivamente numa diversificação do sistema. Hoje isso ocorre em termos de qualidade: temos universidades de tipo A, B, C, D e universidades absolutamente inqualificáveis. Acredito que esta diversificação deveria ser transformada numa diversificação de outro tipo. Escolas de boa qualidade, mas escolas de tipo diverso. Há uma experiência muito interessante da USP em Cubatão, por exemplo: uma escola de engenharia diferente, mais operacional, que trabalha inclusive através de um colégio preparatório para o qual se recrutam alunos com formação escolar deficiente e que tem obtido um resultado extraordinário.

Temos que pensar nesta questão, que nos levará ao problema das vagas ociosas. Temos obviamente, um problema importante neste país, que é a falência do ensino primário. Mas não podemos pensar na melhoria do ensino superior simplesmente esperando que o 1º grau melhore. Mesmo porque estamos num ciclo vicioso: se nós não melhorarmos a formação do ensino superior, não vamos formar bons professores para o 1º ou o 2º grau. Por outro lado, temos que contar com o fato de que teremos que recrutar para um grande número de profissões uma população com uma escolaridade muito deficiente. Faz-se necessário pensar na opção de complementar o ensino de 1º e 2º grau, porque não estamos tendo uma demanda qualificada para suprir todas as posições existentes. Temos que pensar inclusive em mecanismos para recrutar pessoas com uma escolarização deficiente às quais se ofereça a oportunidade de superar as falhas da sua formação anterior.

CC – Isto passaria pelo preenchimento de todas as vagas na Universidade?

Eunice Durham – Passa pela ocupação das vagas do vestibular, mas não somente por isso. Se nós não tomarmos consciência de que o recrutamento de futuros professores está atraindo pessoas com uma escolaridade deficiente e se a universidade não tomar uma providência para superar estas deficiências (consequência do ensino básico), não adianta simplesmente preencher ou abrir vagas no vestibular. Teoricamente acabaríamos com as vagas ociosas no 1º ano, mas criaríamos vagas ociosas no 2º ou no 3º através do represamento, como está ocorrendo no 1º e no 2º graus. Estamos enfrentando nos cursos superiores uma problemática muito semelhante à do 1º grau: as crianças entram na escola, mas depois não passam. Do mesmo modo que me parece que no 1º grau a culpa sempre é atribuída à criança, na universidade a culpa é sempre atribuída ao estudante. Precisamos começar a acreditar que estudantes com uma formação deficiente têm condições de superar estas deficiências e de alcançar um bom nível de aprendizado se lhes for oferecido um treinamento especial. São, portanto, três os problemas da universidade:

- a heterogeneidade da demanda;
- a multiplicidade das funções;
- as deficiências da população que atinge o ensino superior.

Para todos eles nós temos que pensar em termos de diferenciação de estabelecimentos, de processos pedagógicos e de cursos. Por outro lado, temos também cursos muito profissionais e muito antiquados: não há nem houve uma efetiva renovação do ensino. A sociedade muda numa velocidade espantosa. A universidade deve acompanhar as mudanças.

CC – *A senhora poderia traçar, resumidamente, a história da Pós-Graduação no Brasil?*

Eunice Durham – Para começar, é preciso dizer que a história da USP é diferente. A USP sempre teve curso de doutorado. Ela foi criada numa tradição francesa, trazendo desde a sua fundação a idéia do doutorado como um elemento fundamental para ascensão na carreira.

O doutorado na USP sempre foi um curso sério que entretanto esteve basicamente restrito ao seu próprio corpo docente. O doutorado francês tradicional, chamado “*doctorat d'état*”, era, por assim dizer, quase que a coroação da obra do pesquisador. Esta é a nossa tradição. No resto do Brasil, praticamente não houve curso de doutorado, e nem de mestrado. A tradição de mestrado também é paulista, mas não da USP: o mestrado foi iniciado na Escola de Sociologia e Política através de uma importação americana.

A introdução de programas de Pós-Graduação veio em 1964, como uma iniciativa do Conselho Federal de Educação; a idéia básica é a realização de algo que a universidade brasileira não tinha feito, com exceção da USP: a institucionalização da pesquisa na Universidade. Esta grande revolução, que foi feita na Europa e nos Estados Unidos no século XIX, e que foi introduzida no Brasil, com a própria idéia de universidade, na década de 30, na verdade não “pegou”. As universidades continuaram a ser uma federação de escolas profissionais com algumas ilhas de competência, ilhas de pesquisa constituídas espontaneamente aqui e acolá. A idéia presente em 1964 é a de modernização do sistema universitário e inclusive a possibilidade da introdução e da institucionalização da pesquisa dentro da universidade. Como no resto do mundo o pesquisador se faz com o doutorado, e em parte com o mestrado, o esquema era introduzir a Pós-Graduação como uma forma de introduzir e institucionalizar a pesquisa e com a idéia de que a institucionalização da pesquisa na Pós-Graduação levaria a uma renovação do ensino da Graduação.

Este foi o plano original. E se logrou parte do plano, no sentido de que realmente se criaram no Brasil cursos de doutorado e de mestrado em todas as áreas de conhecimento. Hoje nós temos efetivamente cursos de nível “A” em todas estas áreas, e também “B”, “C”, “D”. É possível hoje se formar,

no Brasil, pessoal altamente qualificado em todos os ramos, o que foi uma grande aquisição. Mas isto não foi acompanhado de um efeito multiplicador que se esperava que a Pós-Graduação viesse a ter. Muito pelo contrário: na grande maioria das universidades brasileiras e das escolas com curso de Pós-Graduação, a Pós ficou isolada do resto da universidade. Em muitos estabelecimentos, por exemplo, ela conta até com um corpo docente separado e há muitos professores que se recusam a dar aulas na Graduação estando na Pós-Graduação. Ao invés da Pós-Graduação permear a Graduação, ela foi, na verdade, degradando a Graduação na medida em que todas as pessoas qualificadas passaram para a Pós-Graduação e saíram da Graduação. Eu acho isto um problema sério. Jamais se conseguiu efetivamente a densidade suficiente de doutores para permear toda a Graduação. O que se conseguiu – não é pouco, porém não é suficiente – foi a institucionalização da pesquisa no conjunto do sistema. Mas não basta a pesquisa por si própria. É necessário que ela promova uma renovação de todo o ensino, para imprimir uma dinâmica nova no sistema de ensino superior: esta seria a tarefa que teríamos que resolver agora. E não só esta. Pelo que eu disse anteriormente fica claro que a universidade tem que satisfazer demandas muito mais heterogêneas e amplas que as que tínhamos no começo: acho que a Pós-Graduação, “lato sensu”, é um elemento fundamental para atender esta demanda. Toda a idéia da educação continuada, do retreinamento, desta comunicação permanente com a sociedade, através de cursos de extensão, de atualização, etc., em realidade passa pela Pós-Graduação. Na medida mesmo em que a Pós-Graduação adquiriu prestígio, ela ficou extremamente restrita à chamada Pós-Graduação “stricto sensu”: mestrado e doutorado, extremamente tradicionais. Quando se constata que temos não apenas que formar pesquisadores, mas também pessoal qualificado para o mercado de trabalho, se é obrigado a pensar a Pós-Graduação num sentido muito mais amplo, em termos de cursos de aperfeiçoamento, para os profissionais que deixam a universidade. E isto não está sendo feito. Na verdade existem muitos cursos de especialização no Brasil, mas eles são sempre pensados como um mestrado “pobre”: quem não pode fazer mestrado, faz uma especialização. Pensa-se muito pouco na especialização como um curso terminal, fundamental, importantíssimo. Não pensamos no aperfeiçoamento de profissionais. Na medicina acontece um absurdo: as pessoas demoram 6 anos para se formarem, e mais 3 anos de residência para depois entrarem num mestrado, no qual levam 3 ou 4 anos, para depois ingressarem no doutorado; um médico está efetivamente se aposentando antes de se formar.

Algumas escolas profissionais, algumas de medicina, mas basicamente odontologia, e em parte as politécnicas, têm tido uma visão um pouco mais dinâmica. Mas, no conjunto, a Pós-Graduação está correndo no trilho estritamente acadêmico: está formando muito pouca gente. Os cursos são demasiado longos: ao passo que nos outros lugares do mundo leva-se 2 anos para formar um mestre, aqui são necessários 4; no resto do mundo forma-se um doutor em 4 anos, aqui leva-se de 6 a 8 anos.

Por outro lado, como não há outras formas de atendimento além da Pós-Graduação “stricto sensu”, o nosso sistema acaba por atender toda uma série de pessoas que não têm realmente vocação acadêmica e portanto não terminam as teses, o que tem como consequência um extraordinário índice de evasão. Acontece na Pós-Graduação aquilo que já acontece nas primeiras séries, que acontece no curso médio e no primário. São problemas sérios que não podem ser eliminados com a afirmação de que os alunos são mal preparados – coisa que sabemos – mas temos que pensar se estamos oferecendo os cursos adequados, se não estamos “bitolando” demais a formação.

Acredito que há um problema crucial: temos hoje o mestrado mais difícil do mundo. Em todos os países o mestrado é o lugar da formação intermediária, não lugar da formação do pesquisador. É um curso que fecha a Graduação, um curso de aperfeiçoamento que o aluno termina rapidamente com um trabalho de fim de curso. Aqui, atualmente, o mestrado está sendo pensado como um mini-doutorado, quando não como um doutorado completo. Num país que precisa enormemente formar profissionais qualificados, isto representa um desperdício imenso: quando você demora todo este tempo para formar

as pessoas, boa parte delas desiste no caminho. Nós temos efetivamente uma crise. E não vamos resolvê-la sem usar de flexibilidade e criatividade.

CC – Atualmente vivemos um processo de mudança no que se refere à concepção de mestrado, tanto dentro das universidades como por parte das agências financiadoras, no sentido de reduzir o tempo do mestrado.

Eunice Durham – Há cinco anos que existe uma certa posição quanto a esta questão. Lembro-me das primeiras discussões que fiz na SBPC, quando era uma idéia bastante pouco aceita. Havia uma defesa intransigente da qualidade, que implicava na exigência de um mestrado longo. Acredito que esta postura está mudando.

Temos que pensar na formação do pesquisador, a nível de doutorado, e ampliar a concepção de Pós-Graduação no sentido de atender a uma multiplicidade de funções. Teríamos que pensar no mestrado como algo mais simples, mais rápido e concentrar a formação do pesquisador no doutorado.

CC – A visão que tem sido passada dentro das ciências humanas é que a mudança seria fruto da aplicação de um modelo de mestrado próprio das ciências exatas. Por outro lado, a diminuição do tempo seria fruto, também, de um menor tempo possível de bolsa. Das ciências humanas, temos a impressão que o processo de mudança viria de fora para dentro e de cima para baixo...

Eunice Durham – Em parte, é isto. Em primeiro lugar, esta mudança de perspectiva das agências é fruto de uma reflexão da comunidade científica representada nas agências: o conselho científico da FAPESP, o conselho diretor do CNPq, onde há larga representação da comunidade científica, e o conselho científico da CAPES, formado exclusivamente por representantes da comunidade acadêmica. É difícil pensar que é algo de fora para dentro, como se as agências que dão bolsas não estivessem estritamente vinculadas com a comunidade científica. É uma discussão que está permeando as associações científicas, que está se generalizando. Eu tenho discutido este problema com a ANPG, e acho que os alunos estão um pouco atrasados, mas estão começando a tomar pé na discussão.

CC – E com relação à aplicação de um modelo próprio das ciências exatas nas ciências humanas? Há a necessidade de um tempo de formação, de trabalho bibliográfico, de coleta de dados, e de reflexão, e se pensarmos especificamente na antropologia, agregue-se a isto a necessidade do trabalho de campo...

Eunice Durham – Este modelo é absolutamente correto: mas é modelo de doutoramento, o modelo da formação do pesquisador.

A especificidade das ciências humanas sempre me perturbou... eu sempre circulei muito nas sociedades científicas e sempre tive contato com representantes de outras áreas. Especialmente agora na CAPES: cada vez que começamos uma discussão, todas as áreas são específicas. As ciências agrárias, por exemplo, também têm a sua especificidade: dependem da experiência, a experiência depende das estações e da época do plantio, etc. Este é o modelo de formação do pesquisador. Na biologia, na física, é a mesma coisa: as experiências demoram muito tempo, etc. Não é verdade que nas ciências exatas você tenha um padrão unitário. Algumas delas são mais amadurecidas. A idéia da especificidade, porém, permeia todas as disciplinas: e todas pensam o mestrado como o momento da formação do pesquisador. **O pesquisador deve ser formado no doutorado.** As pessoas hoje adquirem autonomia como pesquisador com 35 anos, fator pelo qual as ciências exatas estão mais preocupadas com esta questão: a época de maior criatividade nas exatas é mais cedo, até os 30 anos. É necessário que se forme o pesquisador autônomo antes disso. De toda forma acredito que isto também nos afeta: é um absurdo que alguém adquira maturidade científica com 35 ou 40 anos.

CC – Os alunos que atualmente estão na Pós-Graduação elaboraram seus projetos de pesquisa a partir de um determinado modelo de Pós-Graduação. Em que medida as expectativas destes alunos se verão afetadas pelas mudanças que se anunciam?

Eunice Durham – Ninguém está imaginando que esta mudança possa ocorrer do dia para a noite. A redução de bolsas já tem três anos. Através desta política procura-se dar um certo tempo para que os cursos se adaptem. A mudança não deve ser feita a partir de uma norma imposta, mas devemos “botar a discussão na rua”: as pessoas devem ser levadas a discutir e é necessário um pouco de incentivo para que isto ocorra. A universidade é extremamente conservadora, mesmo as Ciências Sociais, que se pensam tão revolucionárias: mudar o seu rumo, pensar o fundamento da sua própria formação, é extremamente difícil. Até hoje o curso de Ciências Sociais se pensa como um curso formador de cientistas sociais: está errado. Entram 200 alunos por ano em Ciências Sociais na USP, e não se pode formar 200 cientistas sociais por ano. Deve-se formar para outras coisas: formar pesquisadores é uma das funções do curso. Até hoje não tivemos – apesar das minhas provocações – uma discussão realmente aberta sobre a questão. Acredito que deve haver acúmulo de pressões de dentro e de fora. Ninguém está impedindo a Universidade de discutir, assim como ninguém está impedindo a Universidade de continuar a formar o mestrando em 4 anos. Agora, é preciso que a Universidade acorde, comece a discutir o problema e a formular propostas alternativas.

Nós não podemos demorar tanto tempo para formar doutores simplesmente porque não conseguiremos melhorar o nível médio da universidade brasileira: não estamos conseguindo repor os doutores que se aposentam. O rendimento dos cursos é tão baixo que não conseguimos repor a mão-de-obra que se aposenta. Há quase 16.000 bolsas da CAPES, mais 2.000 no exterior, e outras tantas do CNPq: com todas estas bolsas não estamos conseguindo aumentar o nível médio do conjunto das universidades. Alguma coisa está errada neste sistema.

CC – Muitas vezes a USP é colocada como uma universidade específica no conjunto das universidades brasileiras: ela estaria sofrendo em função da falta de eficiência das universidades federais...

Eunice Durham – Não estou de acordo: a nossa eficiência em formar doutores é muito baixa também. Podemos dizer que os nossos doutores são melhores do que os outros, mas eu tenho dúvidas com relação a isto. Com relação às Ciências Sociais, não posso dizer que as teses que eu tenho examinado aqui sejam as melhores do Brasil, e posso dizer que o tempo que o aluno leva para fazer a “bendita desta tese” não é proporcional à qualidade dela. Outra coisa: o aluno sempre faz a tese e a dissertação no final do prazo, qualquer que seja o prazo. É como o trabalho de final de curso: os alunos tendem a entregar na última data. Talvez eu esteja injustamente julgando os outros por mim: eu fiz todas as minhas teses com a “faca no pescoço”.

CC – É possível pensar a Pós-Graduação sem bolsa?

Eunice Durham – Eu acho um pouco difícil, mas não acho que devamos pensar a Pós-Graduação com bolsas para todo mundo. Acredito que muitas pessoas possam fazer o curso trabalhando: aqueles que têm um emprego, não devem deixá-lo. Por outro lado, não acho imprescindível que os primeiros seis meses sejam feitos com bolsa. Eu acho que o sistema de bolsas é um sistema razoável. No caso do doutorado, certamente seria difícil fazê-lo sem bolsa, embora, para a formação do pessoal que já está na universidade, a bolsa seja desnecessária. Eu fiz todas as minhas teses trabalhando e acho que outras pessoas podem fazer o mesmo. Todos os da minha geração davam certamente mais aulas do que se dá hoje e fizeram mestrado, doutorado, livre-docência, sem ter jamais bolsa e sem ter que parar de dar aula. Eu acho que a bolsa deve ser seletiva.

Creio que generalizou-se a expectativa de bolsa. É importante frisar que somos dos poucos países que dá tantas bolsas, tanto se compararmos com os países do primeiro mundo, como se compararmos com os do segundo mundo: um sistema tão amplo de bolsa de Pós-Graduação é bastante raro. Em países como a Alemanha, boa parte das pessoas fazem a Pós-Graduação trabalhando, como auxiliar de pesquisa ou de ensino, contrário do que os alunos normalmente pensam.

CC – De todas as formas a situação na Europa Ocidental é bastante diferente da situação no Brasil: lá é possível trabalhar – inclusive em algo não diretamente relacionado à pesquisa – e fazer a Pós-Graduação...

Eunice Durham – Em geral a situação dos alunos não é a mais favorável: trabalham muito para concluir os cursos, freqüentemente nas férias, na própria universidade muitas vezes. Acho que seria possível pensarmos em esquemas alternativos. Acredito que seja importante que não transformemos uma situação de privilégio em um direito de nascença. Temos que pensar que nos encontramos numa situação privilegiada se temos em conta a situação geral do ensino no país. Um número tão grande de pessoas fazendo a Pós-Graduação com bolsa representa um verdadeiro esforço nacional para manter estas pessoas. Haveria esquemas alternativos, como o sistema tradicional nos EUA: o “teaching assistantship”, onde você trabalha como auxiliar, como assistente.

CC – Este sistema já não é aplicado nas Ciências Biológicas, nos laboratórios, por exemplo?

Eunice Durham – Normalmente o que há nas Ciências Biológicas é a bolsa CAPES\CNPq\FAPESP. Quando eu fiz a Pós-Graduação – naquele tempo não havia bolsa – normalmente nós éramos auxiliares de ensino. Acho que no Brasil a bolsa não deve ser transformada num puro “assistantship”. Porém, acho que os alunos de Pós-Graduação deveriam ter alguma experiência de ensino. Se você imagina que você pode fazer até o doutorado com bolsa, e vai começar a ter alguma experiência de ensino quando terminar o doutoramento... é muito distante: eu acho que aprendi mais dando aula do que fazendo pesquisa. Dar aula é uma forma de aprendizado. Eu gostaria que os alunos da Pós-Graduação fossem responsáveis pelas atividades didáticas que não correspondessem ao curriculum normal: não simplesmente uma atividade de monitoria substituindo o professor nas aulas regulares. Mas se trabalhasse com os alunos em atividades que não contam créditos, mas que fossem de certa forma, parte integrante do curriculum. Na área de Ciências Humanas e nas licenciaturas em geral, onde muitos alunos entram com formação muito deficiente, acho que os alunos da Pós-Graduação poderiam ser utilizados para um enriquecimento curricular da Graduação. Não para substituir os professores regulares, mas para programar atividades e seminários paralelos com os alunos, alguma coisa que lhes desse também uma certa autonomia didática, junto com algum professor responsável que pudesse orientar este tipo de atividade.

CC – Neste sentido a senhora acha que a Pós-Graduação deveria se abrir mais e pensar numa extensão acadêmica?

Eunice Durham – Certamente. Assim como acho que na licenciatura deveria haver uma atividade intensa junto às escolas, não só para o aluno ver como se dá aula, mas através de programas de melhoria do ensino primário e secundário. A licenciatura está errada: é um bacharelado ao qual você adiciona alguma coisa, sendo que deveria desde o começo estar voltada para a formação do professor com uma intensa integração com o 1º e 2º graus.

CC – Na reforma “collorida” a CAPES foi extinta e depois recriada. Como está atualmente a CAPES no que se refere ao seu orçamento e ao seu estatuto?

Eunice Durham – Embora a CAPES esteja com o seu estatuto indefinido formalmente, não está indefinida de fato. Os contatos que eu tive com o ministro Chiarelli foram no sentido de que a CAPES

fosse recriada com a mesma autonomia que ela possuía antes: foi a condição que eu apresentei para assumir, e não tem havido nenhuma interferência na autonomia da CAPES. O problema foi que houve uma reforma administrativa extremamente deficiente: na verdade ela não entendeu as necessidades do Ministério e nem da própria CAPES. Eu realizei um trabalho junto à administração para obter uma estrutura mais adequada, e acho que consegui, pois em todos os contatos que eu tenho mantido com a Secretaria da Administração, não tenho tido nenhum problema a este respeito com relação à CAPES. Simplesmente há inúmeros problemas em outros setores do Ministério, e esta reforma que deveria ter saído há dois meses atrás não saiu ainda.

CC – A CAPES perdeu funcionários...

Eunice Durham – A CAPES perdeu funcionários por outros motivos. Em primeiro lugar, porque a CAPES funcionava com um sistema de contratação paralela que a reforma administrativa não permite mais. Dos 245 funcionários que tinha, no dia seguinte em que eu assumi, perdemos 48 que eram contratados paralelamente. Tratava-se de uma situação irregular: sequer posso reclamar. Houve, por outro lado, uma diretoria administrativa, com relação ao retorno dos funcionários cedidos. Muitos funcionários federais não trabalhavam na área onde haviam sido efetivamente contratados. O que, da perspectiva de uma reforma administrativa, é uma medida razoável: as pessoas voltam aos seus lugares de origem. Da perspectiva da CAPES não é, pois a CAPES vive uma situação muito específica: trabalhava muito com funcionários contratados pelas universidades, o que era uma coisa muito boa, pois ela necessita de pessoal mais qualificado. A CAPES conseguia funcionários mais qualificados e mais bem pagos através deste intercâmbio que mantinha com as universidades.

Da perspectiva de um órgão de fomento que trabalha com a Pós-Graduação era uma perspectiva muito razoável e também para as universidades. Acho que da perspectiva da administração federal não é; é muito difícil fazer uma reforma administrativa levando em consideração todas as exceções. A perspectiva então de continuar trabalhando com pessoal cedido é muito pequena. A CAPES sofreu um grande corte de funcionários. Não foi um corte intencional, no sentido de prejudicar a CAPES: a CAPES tinha uma situação excepcional que ficou prejudicada dentro de uma reforma que tinha outra lógica. Eu tenho a impressão de que, a longo prazo, temos que contemplar a perspectiva de transformar a CAPES numa fundação, algo que deve ser estudado dentro do Ministério.

CC – Em termos de orçamento, qual é a atual situação da CAPES?

Eunice Durham – Em termos de orçamento, a CAPES não ficou mal: conseguimos manter as metas com um orçamento suficiente para cumprí-las. Embora pareça que é uma ausência de crescimento, efetivamente não é, porque as metas anteriores nunca tiveram orçamento suficiente. Manter as metas com a perspectiva de um orçamento suficiente é um crescimento real.

Enfrentamos, entretanto, um problema que não é da Secretaria da Administração nem do Ministério: é um problema geral do governo, inclusive do legislativo. Tem havido por parte do governo um corte sistemático nas despesas, como medida de economia. É extremamente difícil, como podemos observar, cortar pessoal. Nas agências de fomento, onde a idéia de bolsas é associada a pessoal, o número de bolsas não tem diminuído, mas tem aumentado; por outro lado, as verbas de custeio e capital têm ficado muito prejudicadas. No caso do CNPq, são as verbas de auxílio à pesquisa, no caso da CAPES, são as verbas de fomento aos programas. Quando a CAPES tinha um orçamento independente – antes das novas diretrizes orçamentárias – a CAPES chegou a utilizar até 35 % do seu orçamento em planos de fomento. Este ano, apesar da dotação oficial ser de 10%, nós vamos ficar reduzidos a menos de 5%. Como também nos orçamentos anteriores, é muito difícil você saber efetivamente qual é o orçamento real, porque a

inflação o torna absolutamente irreal. Aprova-se o orçamento e depois de três meses tem que haver um pedido de suplementação, pedido que obedece a todo um jogo político. Aí obtém-se suplementação para uma coisa, não obtém para outra... toda a administração federal viveu sob uma absoluta farsa orçamentária e um caos permanente. Eu tenho a impressão de que se conseguirmos controlar a inflação, teremos orçamentos mais ordenados e será possível fazer uma previsão. Quando se vive sob este caos financeiro, o dinheiro que se recebeu no começo não tem nada a ver com o que se vai gastar no final. É fundamental para que se tenha uma administração responsável, que haja um mínimo de previsibilidade nos recursos, e eu tenho a impressão de que há uma perspectiva neste sentido.

Há um outro problema, também muito grave, que é um excessivo detalhamento da lei de diretrizes orçamentárias: isto retira flexibilidade do órgão, e vem de uma tentativa, na minha opinião exagerada, de um controle do Congresso, um controle errado. Tenta-se controlar uma distribuição prévia do orçamento, sem base num julgamento de resultados: sou a favor sempre de uma análise do desempenho, em lugar de um controle pela norma. Por exemplo, hoje, em função das determinações do Congresso, não do Executivo, tenho que estabelecer previamente o número de bolsas de mestrado e doutoramento, quantas de cada espécie eu vou dar para as universidades federais, para as estaduais, para as municipais e para as particulares. Qualquer sistema de compensação é extremamente complicado orçamentariamente. Da perspectiva de uma política de fomento, é uma situação muito rígida. Antigamente dávamos uma quantia de fomento para os cursos, e os cursos determinavam quanto eles iam gastar de custeio e capital – algo que é muito variado de curso para curso, de ano para ano. Quando se determina que é preciso gastar 30% de capital e 70% de custeio, estabelece-se uma regra arbitrária, que não tem nada a ver com as necessidades dos cursos. Por outro lado, se os programas não cumprem as regras – e devem ser extremamente detalhistas na prestação de contas – o sistema financeiro imediatamente corta os recursos: é um sistema financeiro muito bem feito hoje na esfera federal, em que há um controle absoluto das contas.

CC – Qual a relação da CAPES com o CNPq? Não é um pouco “estranho” a existência de dois órgãos federais de fomento?

Eunice Durham – Originalmente, estas duas agências tinham um papel complementar. A CAPES foi, desde o começo, uma agência voltada para o aperfeiçoamento de pessoal de nível superior: um órgão de formação de recursos humanos. O CNPq é um órgão de apoio à pesquisa. O que ocorreu é que, no decorrer dos anos, o CNPq foi perdendo verbas de auxílio à pesquisa e adquirindo verbas de bolsas: sua função foi sobreposta à função da CAPES. Houve um tempo em que havia uma diferença bastante grande, porque a CAPES distribuía as suas bolsas institucionalmente, e o CNPq individualmente. Mas agora está tudo igual, porque o CNPq também distribui institucionalmente.

Eu acho que nós deveríamos repensar um pouco esta complementaridade. Estabelecer uma política gradual mais complementar e menos sobreposta. Não tenho uma receita, mas acho que deveríamos voltar um pouco às intenções originais: o CNPq voltado para o auxílio à pesquisa e a CAPES para a formação de recursos humanos, com uma interface entre as duas agências. Também acho ruim quando não há uma certa sobreposição. Quanto mais fontes de recurso existem e quanto mais diversificadas, da perspectiva da comunidade científica, maior é a flexibilidade. É impossível uma política totalmente adequada: é necessário que haja agências com políticas um pouco diversificadas para cobrir um número maior de perspectivas. E há uma relação natural entre a CAPES e o CNPq: o CNPq e a FINEP participam do conselho diretivo da CAPES, e a CAPES e a FINEP participam do conselho diretivo do CNPq. Ninguém participa do conselho diretivo da FINEP, entretanto!

CC – Qual é a política atual de bolsas implementada pela CAPES?

Eunice Durham – Estamos tentando implementar uma política que passe por um diagnóstico dos programas. No que se refere ao tempo de formação, isto não será solucionado com uma norma, mas com uma grande discussão nacional, com uma tentativa de incorporar esta discussão no processo de avaliação. Temos que direcionar um pouco a CAPES no sentido de utilizar o processo de avaliação como um diálogo com os cursos, e de uma reflexão coletiva sobre os problemas que estamos enfrentando.

Há um outro problema muito sério: a necessidade de ampliar a Pós-Graduação “lato sensu”, que passa pela extensão. E há um terceiro problema: apesar de todos os esforços, os centros de excelência estão excessivamente concentrados entre o Rio e São Paulo, e não acho que seja simplesmente uma questão de dirigir recursos: o nordeste tem recebido recursos bastante grandes. Acho que nós não conseguimos ter uma política que leve efetivamente à formação de novos núcleos de excelência: transformar grupos emergentes, em grupos “emergidos”. O máximo que nós temos conseguido fazer é transformar grupos emergentes em grupos “submergidos”. Deveríamos experimentar com novos programas, formar novos núcleos de pesquisa, com gente de alta competência. Eu tenho a sensação que isso passa muito por uma questão que se chama “massa crítica”. Embora os programas tenham contribuído para formar um pessoal de nível superior, mestres e doutores, no conjunto das universidades, acho que eles não têm conseguido criar “massa crítica” em muitas universidades. Por outro lado, também acredito que as universidades devem se diversificar, e não seguir um “modelito” de norte a sul do país. Acredito que as universidades deverão fazer projetos de desenvolvimento, e investir, e a CAPES está disposta a apoiar esforços deste tipo.

A política da CAPES é muito equilibrada. Ela tem dois vastos programas de apoio institucional: de um lado é o da Demanda Social, onde se dão bolsas para os programas de mestrado e doutorado de melhor nível – estes programas administram as suas bolsas (estão concentrados em Rio de Janeiro e São Paulo) – por outro lado, há o PICD, que é o contrário: se dão bolsas para as universidades para que elas enviem o seu pessoal para ser formado em centros bons.

Há um pequeno programa que eu gostaria de ampliar, que é o PET, um programa voltado para a Graduação. A ampliação do programa PET contaria com a participação dos alunos da Pós-Graduação: seria uma forma de promover uma maior integração entre a Pós-Graduação e a Graduação.

CC – Uma última pergunta: na sua gestão a CAPES vai continuar atrasando o pagamento das bolsas?

Eunice Durham – Na minha gestão a CAPES não vai continuar atrasando o pagamento das bolsas. As bolsas da CAPES estão rigorosamente em dia, temos o orçamento previsto para chegar até o final do ano. A única possibilidade da CAPES não pagar em dia vai ocorrer quando nem as forças armadas estiverem recebendo, nem o Congresso, nem os professores das universidades federais. Se ninguém do funcionalismo público estiver recebendo, então os bolsistas da CAPES também não receberão. Mas tenho a impressão que nós não chegaremos a este ponto de calamidade pública. Temos os recursos assegurados até o final do ano. A proposta orçamentária que foi ao congresso contempla integralmente o pagamento das bolsas. Eu vou acompanhar a votação no congresso – espero que com o auxílio dos alunos – e a mesma coisa com o orçamento de 1991. Foi encaminhada uma proposta séria: eu não inflei e não diminuí. Estabeleci claramente metas razoáveis e previ os recursos para atender estas metas; no momento tenho atendido praticamente a toda a demanda qualificada.